

Notas teóricas sobre educação, ciência e neoliberalismo no Brasil

Theoretical notes on education, science, and neoliberalism in Brazil

Notas teóricas sobre educación, ciencia y neoliberalismo en Brasil

Everton Henrique Eleutério Fargoni

Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), São Carlos-SP – Brasil

Mayna Zacarias

Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), São Carlos-SP – Brasil

João dos Reis Silva Júnior

Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), São Carlos-SP – Brasil

Resumo

Neste artigo, buscamos refletir sobre as ingerências do neoliberalismo no Brasil, em duas categorias: educação e ciência. Na primeira parte, ponderamos sobre o que é a ideologia socioeconômica neoliberal e algumas de suas consequências. Em seguida, analisamos como ocorreu a entrada do neoliberalismo no Brasil, por meio da reforma do aparelho do estado, interferindo em diversos eixos da esfera pública. Para isso, buscamos em alguns referenciais epistemológicos, elementos para examinar o contexto brasileiro desde a década de 1990, a fim de compreender a condição conjuntural do sistema educacional e científico brasileiro, na entrada da terceira década do século XXI.

Palavras-chave: Ciência, Educação, Epistemologia, Neoliberalismo

Abstract

This article aims to reflect on the interference of neoliberalism in Brazil in two categories: education and science. In the first part, we present neoliberal socioeconomic ideology and its consequences. Then we analyze how neoliberalism entered Brazil through the state apparatus reform, interfering in several axes of the public sphere. To this end, we seek to examine the Brazilian in some epistemological references elements context since the 1990s, in order to understand the conjunctural condition of the Brazilian educational and scientific system at the beginning of the third decade of the 21st century.

Keywords: Science, Education, Epistemology, Neoliberalism

Resumen

En este artículo buscamos reflexionar sobre la injerencia del neoliberalismo en Brasil en dos categorías: educación y ciencia. En la primera parte reflexionamos sobre qué es la ideología socioeconómica neoliberal y algunas consecuencias. A continuación, analizamos cómo el neoliberalismo entró en Brasil a través de la Reforma del Aparato del Estado, interfiriendo en varios ejes de la Esfera Pública. Para ello, buscamos en algunas referencias epistemológicas elementos para examinar el contexto brasileño desde la década de 1990, con el fin de

comprender la condición coyuntural del sistema educativo y científico brasileño en la entrada de la tercera década del siglo XXI.

Palabras clave: Ciencia, Educación, Epistemología, Neoliberalismo

1. Introdução

A razão da discussão deste artigo está centrada na necessidade contínua de fortalecer o debate de dois temas que se entrecruzam no cotidiano de todo brasileiro. O primeiro é a educação, valendo-se da mais tenra idade nos berçários e creches até a produção do conhecimento por meios dos cientistas na pós-graduação. O segundo é o neoliberalismo, doutrina adaptada dos princípios do liberalismo clássico e braço direito do capitalismo no século XXI.

Ambos os assuntos integram uma amálgama de saberes e interesses na sociedade civil que são matéria-prima para inúmeros nichos. No entanto, neste texto, ponderaremos sobre dois campos que incorporam a complexa amálgama da educação e do neoliberalismo: a política e a economia.

A importância de minudenciar os temas educação e neoliberalismo para razões políticas e econômicas, deve-se ao fato de que a formação do ser social na contemporaneidade é fundamentada pelo conhecimento que possui, na interação e relações com seus pares, sua ocupação (trabalho) e, sobretudo, sua classe social. Esses fundamentos do ser social na modernidade não são parâmetros para determinar o que é e como deve ser um humano, mas são direções que validam o ser ideal para capitalistas. Para Marx (1974), a sociedade civil é um sistema social. No entanto, o sistema dispõe de duas lentes sobre o mesmo ser, uma proveniente do capitalismo e outra pelo cotidiano do trabalhador – alienado nas duas visões.

Citando como análogo, tomaremos como exemplo um caso comum na rotina de milhões de brasileiros: um estudante de graduação que trabalha em média oito horas por dia e, no período noturno, se desloca para uma universidade privada sob custeio próprio. Sabendo que a predominância dos alunos da graduação no Brasil se encontra nas instituições particulares de ensino¹, entendemos que esse estudante é também um trabalhador; um ser

¹ “A maioria dos alunos da graduação no Brasil estudam em instituições particulares de ensino. Dos 8,6 milhões de estudantes registrados pelo Censo da Educação Superior de 2019, divulgado

social, sufocado por um sistema que impõe aos seres sociais se relacionarem entre si, no intento de desenvolver o capital cultural, enquanto mantém o modo de produção capitalista.

Isso decorre das relações sociais de produção, que Marx (1974) definiu como interações para desenvolvimento das forças de produção. O contexto análogo do estudante trabalhador é um exemplo compartilhado em todo Brasil, pois todos esses estudantes-trabalhadores interagem com seus pares diariamente e vivem sob a realidade de expansão do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que a desigualdade social dispara no Brasil.

Segundo o relatório² de riqueza global de 2021, apresentado pelo grupo bancário suíço *Credit Suisse*, em 2020, quase metade da riqueza do Brasil foi toda para o 1% mais rico da população: 49,6%. Em 2019, eles retinham 46,9%. Medido pelo coeficiente Gini³, o nível de desigualdade no Brasil, entre 2019 e 2020, subiu de 88,2 para 89, em uma escala na qual, quanto maior a nota, maiores a desigualdade e a concentração de renda.

O estudante-trabalhador vive nessa conjuntura, com insuficiência de vagas no ensino superior público e bolsas de estudo no ensino privado, ou comprometido com financiamento do curso de graduação, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que pode deixá-lo em outro quadro estatístico, os dos endividados. Segundo dados (SALLES, 2021) do Ministério da Educação (MEC), mais da metade dos contratos dos estudantes que solicitaram o recurso do Fies está nessa situação, número aproximado de um milhão de beneficiários em situação devedora.

Apesar de cada caso ter sua particularidade, o contexto econômico e político induz os estudantes para esse cenário, podendo agravar outros problemas como a saúde mental, situação na qual o ser social se vê reprimido

pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nesta sexta-feira (23/10), mais de 6,5 milhões estão na rede particular" (ARAÚJO, 2020).

² GLOBAL WEALTH REPORT 2021. Credit Suisse, 2021. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 15 mai. 2022.

³ "O Índice de Gini [...] é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos" (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

por um sistema que reduz, cada vez mais, oportunidades e não encontra soluções para seus reveses.

Apenas com esse caso análogo, é possível identificar como o neoliberalismo afeta a vida de milhões de pessoas, seres sociais que buscam na educação a formação para o trabalho, e não para emancipação, pois precisam manter o ciclo de produção de valor para os capitalistas, mesmo sem saber que estão fazendo isso.

Nesse contexto, Foucault (2013) explicou que existem outras fórmulas para que o modo de produção capitalista seja mantido, e esse processo se inicia na escola, antes mesmo de o estudante e trabalhador brasileiro se aventurar na rotina de fadiga do trabalho e uso do tempo diário limitado com estudos na graduação. Para Foucault (2013, p. 28), existe investimento político do corpo. Por exemplo, a escola representa a forma mais típica do poder disciplinar, com horários predeterminados, tarefas, prazos, reforços, punições e um afinamento de seres entre os mais pontuais, os mais dedicados, obedientes etc. Esses elementos compõem a singularidade e subjetividade de estudantes provenientes de um processo de disciplina comportamental para “abastecer” a sociedade civil com cidadãos dóceis e úteis.

2. Matrizes do neoliberalismo no Brasil

Se considerarmos que o neoliberalismo foi uma hipótese de mudança política e econômica para o Brasil, podemos definir que, após décadas de testes, houve êxito, mas por parte dos economistas para a burguesia capitalista. Segundo Hempel (1981, p. 52) “quando uma hipótese se destina a explicar certos fenômenos observados, será naturalmente formulada de tal modo que implique a ocorrência deles”, isto é, Hempel em sua obra *Filosofia da ciência natural*, disse que o “próprio fato a ser explicado constituirá evidência confirmatória dela” (1981, p. 52). Essa racionalidade ajuda a explicar o que está acontecendo com o Brasil nas últimas décadas, precisamente, a partir da década de 1990, quando foi iniciada a operacionalização política do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

No ano de 1989, ocorreu a formação de um conselho, na cidade de Washington, capital dos Estados Unidos. Esse conselho foi composto por representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial,

personalidades do governo estadunidense e parte da elite de economistas. A intenção desse grupo foi de propagar a carteira de ideais neoliberais como conduta econômica para combater as crises dos países subdesenvolvidos, tendo como foco as nações da América Latina.

O acordo foi chamado de Consenso de Washington e trouxe para a realidade de dezenas de países um formato considerado ideal de gestão política e econômica, por meio de dez medidas, são elas: disciplina fiscal, reordenamento nas prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização do setor financeiro, manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberalização comercial, atração de investimentos diretos estrangeiros, privatização de empresas estatais, desregulamentação da economia e proteção a direitos autorais.

Retomando Hempel (1981), por meio do pensamento científico, é considerável que uma hipótese seja confirmada por nova evidência, ou seja, os fatos que não eram conhecidos no momento da formulação da ideia podem apresentar, por exemplo, novos indicadores. Esse é o caso da execução das medidas neoliberais originárias do Consenso de Washington no Brasil, porque, se a “intenção” do conselho formado em 1989 era de superar crises e misérias em países em desenvolvimento, o resultado foi diferente. Colapsos econômicos, precarização das instituições, carestia, redução de salários, desemprego, economia instável, desigualdade social, dependência do capital internacional, entre outros fatos, são consequências diretas que acompanharam o neoliberalismo em sua expansão.

Citando Hegel, Engels (1989, p. 407) afirma que o “idealismo estava desalojado de seu último refúgio, da concepção de história”. Isso pode ser assistido na concepção materialista de história na modernidade, porque o trabalhador brasileiro, diante das consequências sociais oriundas do neoliberalismo, tem consciência do que acontece, mesmo de forma limitada, em razão de um sistema educacional formatado para atender mais ao mercado de trabalho, em vez de fomentar o entendimento do ser social sobre si e a sociedade na qual vive.

No Brasil, as medidas neoliberais estão como forma política e jurídica por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, operacionalizado a partir do ano de 1996, na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso

(FHC) e mantida por todos seus sucessores. O Estado brasileiro foi entregue para os neoliberais, pois o povo não participou dos conselhos, nem das pautas. A classe trabalhadora brasileira permanece, na terceira década do século XXI, como receptáculo de medidas que se contradizem com a realidade de milhões de pessoas, e o poder considerado mais democrático atribuído ao povo é o voto.

FHC fez um governo de entrega de estatais para o setor privado. Em vez de unificar instituições públicas estaduais como uma empresa estatal, a fim de reduzir os custos para a população e usar o lucro para reinvestir em outros programas, preferiu privatizar empresas como a Telebrás, Telerj, Telesp e Telemig, bem como vender bancos estaduais como Banerj, Banestado, Banespa, entre outras estatais.

Uma das principais mudanças que perduram até hoje e criaram nichos dentro de nichos, foi a terceirização de trabalhadores e de vários serviços do Estado, gerando um novo ramo de empresas de terceirização de serviços, que contratam outras empresas de terceirização de serviços, formando o neoliberalismo de camadas, a prestação de serviços para prestadores de serviços terceirizados.

3. Educação e trabalho alienado

A educação no Brasil não escapou da lógica do neoliberalismo introduzida na América Latina - da educação infantil à educação superior, todos os níveis apresentaram mudanças na estrutura organizacional e curricular após a reforma do aparelho do Estado. Para além da terceirização irrestrita, em todo segmento educacional brasileiro, nota-se, desde a década de 1990, a expansão da precarização estrutural da escola.

Na educação pública, em muitos casos, as escolas permanecem com a infraestrutura precária, ausência de manutenção preventiva, material escolar insuficiente, professores sem equipamentos - forçando-os a comprarem com dinheiro próprio para desenvolverem trabalhos específicos, entre outros inúmeros fatos que engendram a contradição da educação no país.

No entanto, o elemento que não é notório para maioria da população é a alienação do cidadão, desde a escola e na universidade, antes de se inserirem no mercado de trabalho. E o que isso tem a ver com a precarização do trabalho do professor e da estrutura das escolas e universidades públicas?

Para responder essa questão, é necessário compreender que o trabalho é o intento maior da formação escolar e técnica de um estudante no sistema capitalista. Essa realidade – capitalista – determina as condições das pessoas na sociedade. Para Marx (1989), o ser social é submetido a ontologia da *práxis* histórica, isto é, o ser social, por meio do trabalho, vive sob uma condição ontológica - a condição de ser humano - e é subordinado à condição histórica das relações sociais produzidas pelo modo de vida ou forma social do trabalho.

Partindo dessa racionalidade de Marx, o ser social na cotidianidade do trabalho vive um estado de reprodução social capitalista, circunstância que se inicia na escola como forma de adaptação ao meio social e, sobretudo, de preparação para o mundo do trabalho. Entendemos que é importante a construção de um ser social na escola para entender a realidade global e o contexto específico no qual vive. Entretanto, sob uma conjuntura na qual o neoliberalismo se expande diariamente, como no Brasil, é preciso que a escola não seja apenas mais um aparelho ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1985), mas uma instituição que possibilite gerar cidadãos críticos de sua realidade.

Essa crítica é o que confronta a alienação. Por isso, recorreremos a Marx para entender como se constrói a alienação nos indivíduos, pois a escola e a universidade, mesmo sendo os principais *lócus* de formação humana, também são territórios que produzem sujeitos alienados para o trabalho e que permanecerão alienados na rotina laboral. Com esse conhecimento em mente, é possível reflexionar sobre a realidade educacional brasileira nas últimas três décadas, bem como entender porque existem milhões de trabalhadores omissos em relação à destruição de seus direitos, enquanto neoliberais criam consensos e pactos para transferir cada vez mais custos para os trabalhadores.

No currículo do ensino fundamental brasileiro, existem discussões acerca da história da humanidade, da transição do sistema feudal para o capitalismo, a revolução industrial e a modernidade tecnológica dos séculos XX e XXI. No entanto, cabe ao docente responsável pelas disciplinas basilares ir além do material preconizado e levantar debates sobre os momentos históricos, tal a como origem dos conceitos e fatos.

Fourez (1995, p. 217) ao definir que instâncias⁴ políticas decidem os objetivos da educação, expressa que as propostas pedagógicas na escola determinam apenas o conteúdo concreto dos programas. Esse é o caso (ALFANO, 2021) brasileiro, principalmente, por meio de um movimento político que se acentuou após as eleições de 2018 para redução da carga horária das disciplinas de ciências humanas nos programas escolares.

Ao reduzir a quantidade de horas/aula de matérias das ciências humanas e algumas de ciências exatas, diminui-se o contato do discente em formação para a vida e para o trabalho com questões de grande relevância para sociedade civil e, sobretudo, para sua formação humana. Aumentam-se os estudos matemáticos e de língua portuguesa, enquanto se reduz os de sociologia (para compreensão do funcionamento da sociedade), psicologia (para entendimento das razões psíquicas do *eu* e do coletivo), história (entender as razões dos fatos no transcurso da humanidade), literatura (contato com obras nacionais e internacionais como meio de aumento de capital cultural), educação física (desenvolvimento de habilidades psicomotoras), entre outros.

Sobre essa conjunção de mudanças, Foucault (2013) chamou de “*continuum* carcerário” a extensão da prisão além da prisão, com a escola formando cidadãos que sabem ler e fazer operações matemáticas, mas não sabem seus direitos, a história do seu país, nem como funciona a política e a economia; porém, estão aptos para “abastecer” o mercado de trabalho e os empregos precarizados, cada vez mais, desvalorizados.

Esse processo de precarização do ensino é diferente no sistema privado. Enquanto, no sistema público, a precarização atinge todos os níveis, de infraestrutura a recursos humanos, na iniciativa privada, os equipamentos e materiais são disponíveis. Entretanto, o docente se submete a longas jornadas de trabalho, em diversas escolas, para estabelecer uma renda pareada a outras profissões que ganham muitos mais e exigem muito menos especializações.

⁴ “Ao adentrar no idealismo e história humana, Fourez forneceu uma importante concepção do que é noção, ideia e conceito, a fim de mostrar como a evolução da ciência requer entendimento de sua época, ou seja, não se pode desprezar cientistas sociais, cientistas da educação, cientistas políticos entre outros especialistas que não trabalham para grandes corporações. O intuito é: produzir conhecimento e proliferar o conhecimento. A título de exemplo, Fourez, ao conceituar o que é noção, possibilita ao leitor de sua obra refletir sobre as acepções dos seus pares sobre o que é ciência ou sobre qualquer outra determinada coisa, pois o senso comum é o que está mais estreito as ‘noções’” (FARGONI; ZACARIAS, 2021, p. 6).

Isso reverbera também no que podemos chamar de “uberização” do professorado⁵, pois com o avanço das tecnologias que poderiam ser elemento crucial para desenvolvimento do trabalho docente em todas as escolas do país, ocorre o serviço *on demand* (trabalho sob demanda) do professor, que se cadastra em aplicativos de celular para ficar no radar de escolas e universidades que precisam de docentes para suprir ausências pontuais nas instituições.

Essas são tecnologias provenientes da tecnociência, parte da ciência que predomina na modernidade como um sistema que está exaurindo a ciência de sua razão original. São tecnologias que tomaram parte do mundo científico como mercadorias de alto lucro para o capital (SILVA JR; FARGONI, 2020a). Apesar de esse fato acontecer desde a época das ligações para professores substitutos, o que acontece agora é a submissão de professores e professoras em *apps*, que geram lucros para as grandes empresas, que fornecem os aplicativos sob a precarização do trabalho e, conseqüentemente, da vida docente.

O terror neoliberal fomenta essa realidade e, por conseguinte, mantém a alienação do ser social. O discente futuro trabalhador ou o professor em atividade precisam do trabalho para sobreviver e, no cotidiano, reproduzem a forma social capitalista, seja por questões de sobrevivência ou pelo fetiche do consumo. Para Marx (1989, p. 194), o trabalho alienado produz o objeto como ser estranho ao trabalhador; “[...] o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece agora ao homem como o único meio de satisfação de uma necessidade, a de manter a existência física”. Portanto, a alienação do ser social se inicia em casa, mas é desenvolvida na escola e consumada na rotina de trabalho.

Destarte, a forma como está se modificando o currículo educacional brasileiro, como maior exemplo as intervenções reacionárias e neoliberais depois das eleições de 2018, parece que o importante no sistema público de ensino é formar pessoas que saibam contar e ler, para manter a operação das máquinas e dos serviços operacionais de forma útil e, sobretudo, obediente, pois não interessa para os capitalistas uma classe trabalhadora unida e entendida dos seus direitos e história. Para o capitalismo, o ideal é o trabalhador útil que sabe apenas seus deveres.

⁵ Contratação uberizada de professores por aplicativo já é realidade. Plataformas de cadastramento de professores para servir ao processo contínuo de substituição tanto na educação básica quanto superior precarizam trabalho docente (FRAGA, 2020)

4. O colapso da ciência brasileira

Nesta parte, analisaremos brevemente como a produção de conhecimento no Brasil está sendo sufocada pelo modelo neoliberal que se encontra nas medidas políticas nacionais. Por isso, não nos aprofundaremos nas questões de alienação na educação superior, pois o trabalho na pós-graduação no Brasil é também parte de um sistema alienante e, sobretudo, decorre da forma imperativa, razão pela qual os cientistas brasileiros são submissos às chamadas de pesquisas em busca de financiamento para seus trabalhos acadêmicos.

Sendo assim, levamos em conta que é basicamente na pós-graduação *stricto sensu* que a produção científica no Brasil ocorre. Assistimos que constituem nas instituições estatais de educação superior um sistema altamente complexo, diversificado e diferenciado. No entanto, ao distinguirmos resumidamente o público do privado, nota-se que, as instituições de ensino superior privadas são predominantemente descomprometidas com a qualidade do ensino, com a formação profissional e com a produção do conhecimento – a educação é tratada como mercadoria, o trabalhador como um “custo” e o modelo de gestão para a garantia do “sucesso” é o gerencialismo, que acaba por orientar todas as esferas de atividades, no sentido de uma racionalidade dependente do *éthos* econômico (SGUISSARDI; SILVA JR, 2001).

De outro lado, com os mesmos elementos, mas substancialmente menos gerencialista, encontra-se a rede pública de educação superior, que é onde basicamente se produz ciência e tecnologia (C&T). Ela tem sofrido expressivo sucateamento promovido por governos que, ciosos de seus dogmas neoliberais e apáticos em relação à condição humana, aprofundam uma política de cortes (ou contingenciamentos) para o financiamento da educação e da ciência e tecnologia, afetando a um só tempo as ações de ensino, pesquisa e extensão.

A conjuntura na qual a ciência brasileira “sobrevive” é a mesma que comentamos de reformas políticas iniciadas pela reforma do aparelho do Estado. São reformas políticas que aprofundaram crises, ao mesmo tempo em que esgotam os trabalhadores em rotinas de submissão a empregos temporários e sem direitos. Elementos desoladores do cotidiano que desolam também os trabalhadores da ciência, pois o ciclo neoliberal no Brasil não parece estar perto de terminar, visto que, na história política recente, observamos um pacote de

medidas neoliberais precarizar ainda mais a vida do trabalhador brasileiro. Para Silva Jr e Fargoni (2021, p.7):

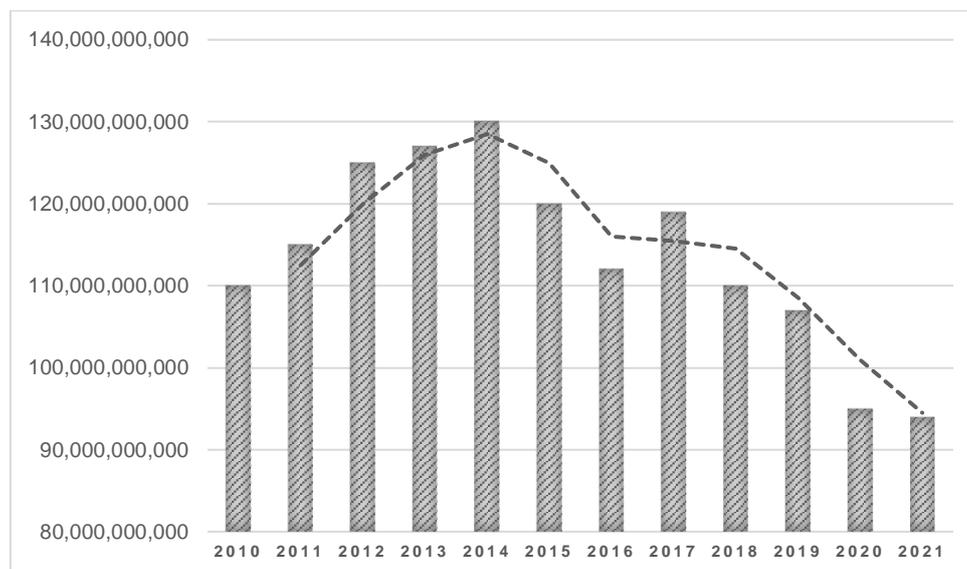
Enquanto a força de trabalho do pesquisador vale como mercadoria, a mercantilização da/universidade estatal brasileira está cada vez mais intensa no presente de políticas neoliberais e reformas, que desde 2016 agravam a vida do trabalhador brasileiro. São reformas no âmbito da ciência, economia, educação e do trabalho: Novo Marco Legal da Inovação no Brasil, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; e o PEC do Teto dos Gastos, Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016; Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017; Reforma da Previdência – Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 e a atualmente em trâmite, a Reforma Administrativa, Emenda à Constituição (PEC nº 32/2020). Essas leis são derivações da Reforma do Aparelho do Estado [...] e sustentam o regime de predominância financeira que desde a década de 1990 estabelece mudanças em toda esfera pública no Brasil.

Por meio desse painel de medidas políticas neoliberais, podemos afirmar com a evolução dos gastos da União, apresentados nos gráficos expostos a seguir, que a primeira grande queda orçamentária, ocorrida entre 2014-2016, ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff, foram ações acentuadas pela retaguarda neoliberal brasileira como forma de invasão no campo político e científico, a fim de favorecer os interesses de capitalistas.

O que parece é que, através do contingenciamento dos repasses previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), tanto para os recursos liquidados na educação (Gráfico 1), bem como na área de ciência e tecnologia (C&T), expostos no Gráfico 2, é a destruição da ciência para deixá-la cada vez mais refém do financiamento privado (interesses do mercado em pesquisa e ciência para produzir produtos científicos comercializáveis).

Podemos observar essa realidade factual, a partir de 2017 (primeiro ano de aplicação da Emenda Constitucional nº 95/2016). Esse quadro é aprofundado no governo de Michel Temer, fundamentalmente, em função de cortes na própria LOA, o que se mantém até os dias atuais.

Gráfico 1 – Recursos financeiros liquidados à educação no Brasil, no período (2010-2021), valores em bilhões de R\$, corrigidos pelo IPCA, em janeiro de 2021.



Fontes: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Lei Orçamentária Anual (LOA), 2021. Gráfico criado pelos autores.

Nota-se, no Gráfico 1, referente aos recursos financeiros liquidados na função educação, o contínuo declínio, durante o período analisado após 2014, de um patamar de 130 bilhões de reais para um valor abaixo de 100 bilhões de reais; a variação, de 2014 para 2021 (valores mais altos e mais baixos da série), foi de R\$ 37,7 bilhões negativos. Essa queda significa uma redução de 28,5% nos recursos da educação.

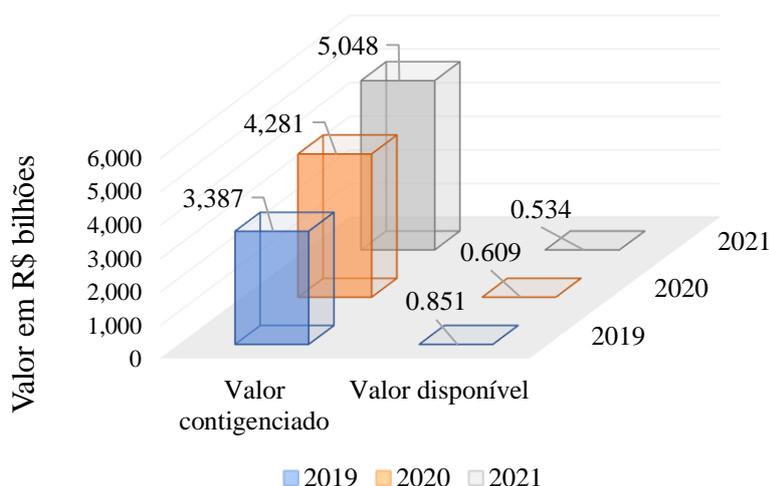
Notavelmente, essa redução atingiu todo o ensino superior federal (universidades, faculdades federais e centros de ensino de ensino técnico - Cefet), com reduções substanciais nos recursos de custeio como água, luz, Internet, vigilância, limpeza, terceirização, comprometimento, em diferentes momentos, esse é um período de funcionamento geral da instituição e o desenvolvimento de suas funções, incluindo pesquisa e produção científica e tecnológica. As universidades federais, por exemplo, tiveram queda de 96,4% entre 2014 e 2021, que, se não for revertida, levará ao abandono maciço de seus laboratórios de pesquisa e outras instalações.

Isso significa que o campo acadêmico está, cada vez mais, aberto para intervenções de neoliberais. Vide a questão das organizações sociais no plano diretor da reforma do aparelho do Estado e no documento do Programa Future-se. Ambas miram o espaço das universidades estatais brasileiras como um meio

de retirar o investimento público, para que instituições privadas “comprem” ou “aluguem” esses espaços. Dessa forma, o pesquisador passaria a produzir predominantemente conhecimento-mercadoria, em vez de soluções para problemas do coletivo social.

O Programa “Future-se” foi mais uma ação neoliberal como tentativa de retirar a autonomia da produção de conhecimento nas universidades estatais, bem como mudar a forma de gestão, estreitando as instituições ainda mais próximas do modelo neoliberal de administração. É uma forma de privatização da universidade estatal brasileira. Para Silva Jr e Fargoni (2020b, p. 7), isso significa a busca pela “mercantilização máxima”, em função da predominância da racionalidade econômica na cultura das universidades e faculdades.

Gráfico 2 - Bloqueios contínuos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fndct), (mar/2019 a dez/2021), valores em R\$ bilhões.



Fontes: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Lei Orçamentária Anual (LOA), 2021. Gráfico criado pelo autor.

Assiste-se, pois, a um sufocamento orçamentário não somente nas instituições de educação superior (IES) federais – a maior rede de instituições públicas –, bem como em todo o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Snecti), bem como no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), vide o Gráfico 2. Tal processo tem conduzido a quase ausência de novos investimentos, ao sucateamento de equipamentos e à não aquisição de insumos necessários ao pleno funcionamento institucional, particularmente no que tange à produção de ciência e tecnologia.

Em contrapartida, a pesquisa realizada por Reis e Macário (2020), cujo recorte temporal foi de 2003 a 2019, demonstrou que, do total das despesas liquidadas pela União, 18,88%, em média, se destinaram ao pagamento da amortização, juros e encargos da dívida pública. Nesse mesmo período, a função ciência e tecnologia (C&T) e as universidades federais receberam, respectivamente, 0,34% e 1,62% do total de despesas orçamentárias (REIS; MACÁRIO, 2020, p. 20).

A análise dos autores nos possibilita entender dois acontecimentos: a expansão do neoliberalismo em toda esfera pública, fato notório e contínuo desde a década de 1990, e a efetivação de um regime de predominância financeira, cuja lógica se encontra na busca da mercantilização máxima, seja pela destruição de direitos, seja pela precarização de instituições públicas para sua venda ao mercado privado (SGUISSARDI; SILVA JR, 2001).

Esse processo neoliberal aparece, na escola, como espaço de alienação e, na universidade, como espaço de formação (e alienação) para o trabalho. Com a escola pública precarizada, por conta de políticas de natureza neoliberal, e a universidade, com seus cientistas subservientes ao neoliberalismo, a realização do trabalho aparece na esfera da economia política como “desrealização” do trabalhador. A tal efeito, Marx (1989, p. 159) chamou de “objetivação como perda” e “servidão do objeto”, tornando o ser social propriamente alienado, ou seja, submetido às condições impostas.

Por isso, ao analisarmos os dados sobre os investimentos para a ciência brasileira, nota-se que os recursos destinados ao pagamento de juros e encargos, amortização e refinanciamento da dívida pública comprovam, de forma cabal, que “a política econômica do país se encontra [subordinada] ao imperativo do ajuste fiscal para gerar excedentes suficientes que garantam o pagamento do serviço (juros, encargos e amortizações) da dívida pública”. (REIS; MACÁRIO, 2020, p. 28).

Isso significa que o regime de predominância financeira serve como escoamento de grande parte do fundo público para o pagamento das despesas com a dívida pública, resultando numa redução estrutural de recursos disponíveis ao financiamento das políticas sociais, das universidades federais e da ciência e tecnologia.

5. Considerações finais

A sociedade como um todo está ficando cada vez mais complexa e vem se transformando rapidamente, com profundas modificações nas suas relações sociais, econômicas e políticas. O aumento dessa complexidade é reflexo de um grande avanço nas diversas áreas do conhecimento humano, do intercâmbio, crescente entre as mais diversas formas de manifestações culturais; da luta de minorias que já não aceitam ficar permanentemente subjugadas ou ser sistematicamente discriminadas e das inúmeras facilidades de comunicação e deslocamento etc.

No entanto, a escola e a universidade, mesmo sendo espaços alienantes para o capital (ALTHUSSER, 1985), permanecem sendo importantes instituições auxiliares da emancipação e esclarecimento da sociedade civil. No entanto, ambas são submissas ao capitalismo, melhor dizendo, toda sociedade civil o é. Diante disso, é imprescindível que pesquisas científicas, debates e eventos de divulgação científica permaneçam existindo com financiamento público, para que temas importantes como alfabetização, currículo, ensino e pesquisa não se tornem mais mercadorias do que já são.

Esse debate é fundamental, pois é por meio da política que a lógica neoliberal tem objeção na forma de oposição, caso contrário, toda lacuna no planeta serve de opção para lucro no capitalismo, sistema que se apodera cada vez mais do Estado e seus aparelhos, como a escola e a universidade.

Portanto, se as inconsistências do neoliberalismo não forem apontadas e discutidas, haverá, como disse Mészáros (2006, p. 228), a “maximização da tendência à alienação”, a tal ponto, que os trabalhadores deixarão de questionar seus direitos, aceitando as opções de emprego disponíveis, vivendo o cotidiano passivo e submisso, sem esclarecimento e estranhamento. Entender o que é neoliberalismo é uma forma de o trabalhador iniciar os primeiros passos para superá-lo.

Referências bibliográficas

- ALFANO, B. Ciências humanas voltam a sofrer pressão com diminuição de aulas. *In. O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ciencias-humanas-voltam-sofrer-pressao-com-diminuicao-de-aulas-1-25249953>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARAÚJO, A. L. Mais de 65 milhões de universitários são de instituições particulares. *In. Correio Braziliense*, Brasília, 23 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2020/10/4884255-mais-de-65-milhoes-de-universitarios-sao-de-instituicoes-particulares.html> Acesso em: 13 mai. 2022.
- F. ENGELS. Natureza e significado do materialismo histórico. *In: FERNANDES, Florestan (Org.). Marx e Engels*. História. São Paulo: Ática, 1989.
- FARGONI, E. H. E.; ZACARIAS, M. A ciência na anticiência: notas epistemológicas em Bachelard, Fourez e Habermas. *Cadernos da Pedagogia*, v. 15, n. 32, p. 174-184, mai./ago. 2021.
- FRAGA, C. *Extraclasse*, 07 jan. 2020. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/contratacao-uberizada-de-professores-por-aplicativo-ja-e-realidade/>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- FOUREZ, G. *A construção das ciências*: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- HEMPEL, C. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- MARX, K. *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa; Edições 70, 1989.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- REIS, L. F.; MACÁRIO, E. Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). *Revista Práxis Educacional*, v. 16, n. 41, ed. Esp., p. 20-46, 2020.
- SALLES, S. Dívida de estudantes inadimplentes com o Fies soma R\$ 6,7 bilhões. CNN Brasil, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/divida-de-estudantes-inadimplentes-com-o-fies-soma-r-67-bilhoes/>. Acesso em: 16 mai. 2022
- SGUISSARDI, V.; SILVA JR, J. R. *Novas faces da educação superior no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- SILVA JR, J. R; FARGONI, E. H. E. Tecnociência, industrialização e pesquisa na financeirização radical do capitalismo e da educação superior. *Revista Inter Ação*, v. 45, n. 3, p. 569–581, 2020a.
- SILVA JR, J. R; FARGONI, E. H. E. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. *Educação & Sociedade* [on-line], v. 41, 2020b.
- SILVA JR, J. R; FARGONI, E. H. E. Notas sobre o colapso da ciência no Brasil. *EccoS – Rev. Cient.*, n. 58, p.1-18 e20850, jul./set. 2021.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. *Desafios do Desenvolvimento, Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, ano 1, n.4, [s.p.], 01 nov. 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 13 mai. 2022.

Enviado em: 14/06/2022